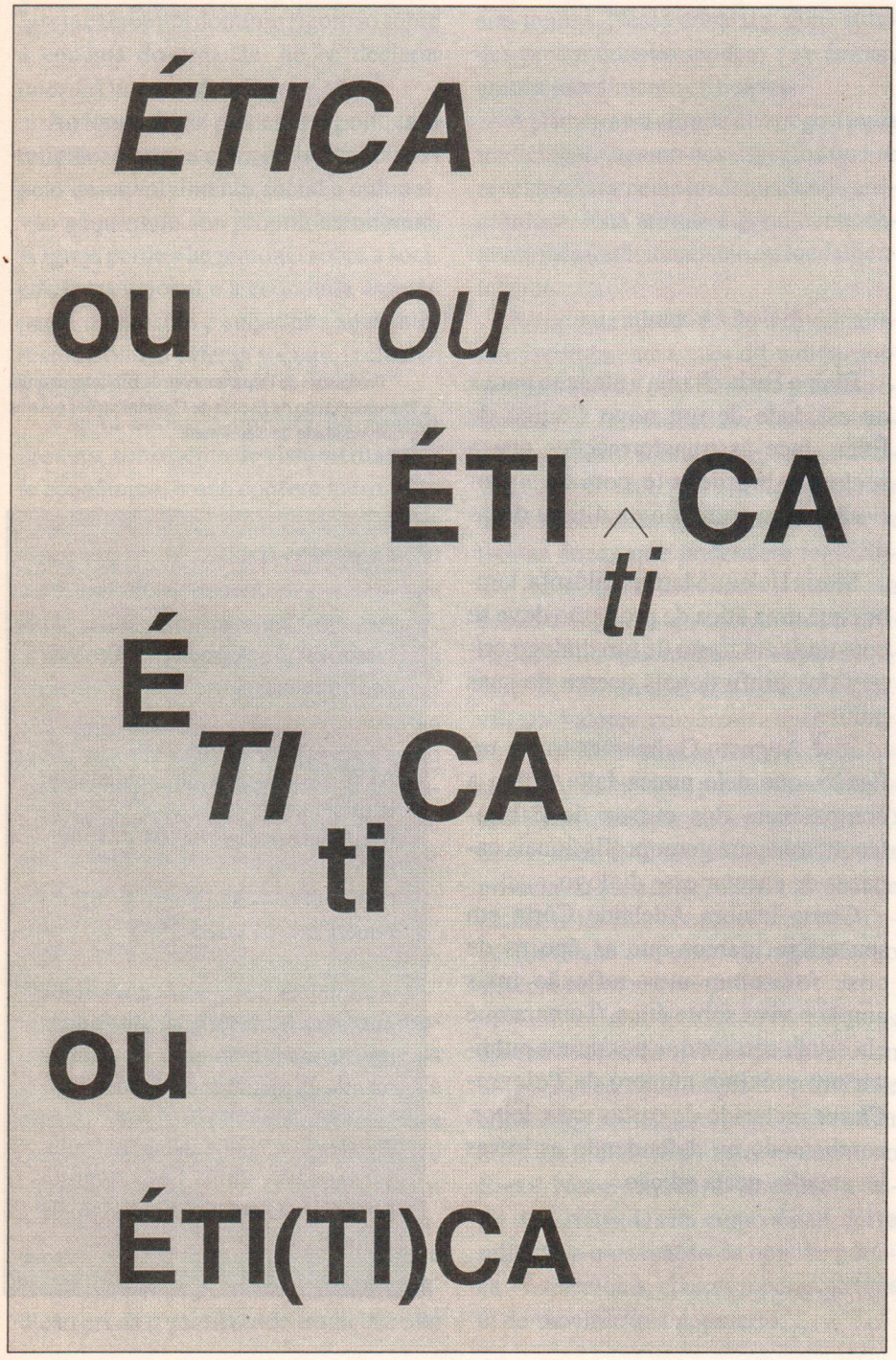
APB
SÃO PAULO

PALAVRA-CHAVE 8

OUTUBRO
1994



Editorial, **2**

A ética em questão, **3**

A ética na formação do bibliotecário: uma reflexão, **5**

Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia, **8**

Eu, bibliotecário, RG XXXXX e CPF YYYYY, trabalho em arquivo ou museu... algum problema?, **12**

A biblioteconomia e a ética, **14**

Por um comportamento ético ou pelo cumprimento de um código de ética, **18**

EDITORIAL

Claudia Negrão Balby*

Procurando, como há uma década, "desafinar o coro dos contentes", esta ***Palavra-Chave*** escolhe abordar um tema que tem importância especial dentro do momento que vivemos no Brasil: a ética profissional.

Para alguns, uma trincheira corporativa; para outros, só a lembrança de palavras ditas na formatura ou na solenidade de entrega do registro profissional... Que ética norteia o exercício da profissão de bibliotecário, no Brasil, em 1995?

Waldomiro Vergueiro questiona, como ainda não é demais questionar, dois mitos que organizam nossa profissão: o da neutralidade da prática biblioteconômica e o da ação corporativa, postos em xeque diante das desigualdades sociais e econômicas que caracterizam nosso país.

Johanna Smit vê, à luz da ética, um tema com o qual se preocupa muito: aproximações e separações da prática profissional das 3 Marias (para usar sua expressão): Biblioteconomia, Museologia e Arquivística.

Elaine Faria chama a atenção para a necessidade de um novo Código de Ética, face às transformações que a sociedade brasileira (e, com ela, a profissão) vêm sofrendo na última década.

Maria Helena Martins, filósofa, lembra que uma ética de profissão deve se constituir em torno de um diálogo crítico dos profissionais acerca de suas práticas.

José Augusto Guimarães traz a reflexão, que nele nunca falta, sobre a competência dos cursos de Biblioteconomia para gerar profissionais capazes de encetar esse diálogo.

Como lembra Adelaide Côrte em seu artigo, parece que as épocas de crise fomentam uma reflexão mais ampla e viva sobre ética. Tomara que ela esteja certa, e que possamos publicar um próximo número da ***Palavra-Chave*** recheado de cartas suas, leitor, combatendo ou defendendo as idéias levantadas nesta edição.

(*) Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

EXPEDIENTE

Palavra-Chave é uma publicação semestral da Associação Paulista de Bibliotecários.

Informações e Assinatura:
APB — Associação Paulista de Bibliotecários
Rua Maestro Cardim, 94 — Liberdade
01323-000 — São Paulo — SP
Fone/Fax: (011)285-3831

As opiniões dos autores dos artigos publicados nos fascículos desta revista não refletem, necessariamente, as opiniões da Associação.

Editores: Claudia Negrão Balbi, Johanna W. Smit, Luís Augusto Milanesi, Oswaldo Francisco de Almeida Junior.

A ÉTICA EM QUESTÃO

Maria Helena Pires Martins*

Ética é hoje palavra da moda.

Desde o Movimento Pela Ética na Política, as discussões sobre ética passaram a ter assento obrigatório em qualquer reunião. Pena que a ética só surja para ser discutida e raramente praticada... Ou seja, entre o **discurso** sobre ética e a ação ética existe um enorme abismo.

Para melhor entender o problema, vamos considerar os diferentes significados que a palavra ética tem assumido ao longo do tempo.

Em primeiro lugar, a ética, também chamada filosofia moral, é a parte da filosofia que reflete sobre os princípios da vida moral, isto é, dos valores em sociedade. É a reflexão crítica sobre a moralidade e busca a consistência dos valores morais.

Desse ponto de vista, a ética não estabelece regras (e não se confunde com a moral) mas questiona o fundamento dessas regras a partir de uma concepção de homem determinada. Assim s estabelece a diferença entre ética e moral: enquanto a primeira reflete sobre os fundamentos e princípios da vida moral, a moral estabelece as regras do que é considerado boa conduta, dentro de um tempo histórico e de uma cultura determinada.

Devemos, neste momento, lembrar que a vida moral e o comportamento ético só são possíveis se considerarmos o homem como ser livre, autônomo, dono de seus atos. Sem liberdade, não se pode falar em escolha e, portanto, em ação ética.

Com esta colocação, deixamos de lado a idéia de destino, tão prezada pela tragédia grega e pela visão ingênua do mundo pela qual "o que tem de ser, será", como se o homem fosse um ser totalmente determinado desde o seu nascimento. Ou, um país, como o nosso.

O valor ético por excelência é o Bem. De saída, podemos perguntar o bem de quem? É possível encontrar o bem comum, o bem para todos os membros de um grupo? Ou será que o bem de uns é necessariamente o mal de outros? O bem é a razão, é a felicidade, é o prazer? É um valor transcendente? Universal?

Inúmeras são as respostas, dependendo, como já dissemos, da concepção de homem que as enforma.

Para os gregos, o fundamento da moral está na natureza humana, no que esta tem de específico, que é a racionalidade.

Já na Idade Média, os valores éticos estreitamente ligados à visão religiosa do mundo e são considerados transcendentes, uma vez que se encontram na própria divindade, o bem supremo.

A ilustração, movimento filosófico do século XVIII, desvincula o homem da tutela divina, exaltando o poder da razão, única capaz de conhecer e guiar o agir humano. O conceito de razão que se desenvolve nessa época é o da razão que conhece o funcionamento da natureza (tanto do mundo quanto humana) e, assim, pode agir sobre ela, dominando-a.

Kant defende que a vontade humana é regida por *imperativos categóricos*, totalmente incondicionados: a ação ética é realizada tendo em vista o dever. Para ele, cada indivíduo deve agir de modo que sua conduta possa ser erigida em princípio universal. A norma moral se enraíza na natureza da razão, que não admite contradições. A concepção de homem, aqui, é formalista e abstrata para poder ser universal.

No século XIX, começando com Niezstche e passando por Marx e Freud, vemos surgir inúmeras críticas à noção de que os atos humanos são intensiva e extensivamente regulados pela razão. Ou seja, esses três pensadores, cada um de seu modo muito específico, mostram que a razão, ao fazer julgamentos de qualquer natureza, e, em especial, os relativos ao comportamento moral, será influenciada pelo desejo, pelos instintos, pela ideologia e que, assim, não é soberana nem isenta como julgavam os filósofos da ilustração. O fato da razão não ser soberana representa um profundo golpe na noção de autonomia total dos atos humanos, regidos por ela.

No século XX, o existencialismo reflete sobre a liberdade e a escolha livre, e sobre a responsabilidade dela decorrente. Entretanto, não elabora uma ética que fundamente o comportamento moral. O maior obstáculo a esse empreendimento é o fato de que, partindo da existência concreta, o conteúdo da moral é sempre mutável e imprevisível.

A contemporaneidade opõe ao ideal de uma moral universal inúmeras morais particulares, principalmente as de grupos minoritários na sociedade. Como conseqüência, perde-se o sentido de totalidade da ação humana e, mais grave, essa atomização acaba resultando na noção de que não há fundamento ético para a vida moral. As escolhas são feitas ao sabor do acaso: hoje decide-se assim, atendendo a estes interesses; amanhã decide-se de outro jeito pois os interesses já são outros. Não faltam exemplos em nosso país desse relativismo moral.

Dentro desse panorama, Habermas, filósofo alemão contemporâneo, desenvolveu a teoria da *ação comunicativa*, que fundamenta a *ética discursiva*. Esta é fundada na *razão comunicativa*, dialógica (não monológica como a *razão reflexiva* de Kant), que supõe o diálogo como forma de mediação entre os sujeitos. É o oposto da *razão instrumental* da Ilustração, uma vez que não tem por objetivo ser instrumento de dominação da natureza.

A *razão comunicativa* é construída na

intersubjetividade, é processo que se desenvolve continuamente enquanto discussão crítica das normas, até que o grupo chegue ao consenso que conferirá validade a essas mesmas normas. Pressupõe que a interação entre os sujeitos se dê a partir do entendimento e não da dominação para que possa se estabelecer o mundo da cooperação.

Esse brevíssimo apanhado histórico nos mostra duas coisas principais: o conceito de racionalidade humana vem se transformando no sentido de substituir a noção de razão como sendo tão somente a razão instrumental, que exerce o domínio sobre a natureza, pelo de razão não repressora, capaz de auto-crítica e colocada a serviço da emancipação humana; e que a essa mudança na concepção humana deve corresponder uma mudança nos princípios éticos que possa conduzir à emancipação do homem sem, no entanto, cair nem no individualismo (princípios meramente subjetivos), nem no anarquismo (ausência de princípios).

ÉTICA PROFISSIONAL

Até aqui nos referimos à ética como reflexão crítica dos fundamentos da moralidade.

Há, entretanto, um outro uso da palavra ética, quando qualificada pelo adjetivo profissional. Nesse caso, estamos falando de um código moral, um conjunto de regras morais que devem ser respeitadas no exercício de uma determinada profissão.

A adesão a esse código de ética é feita, em geral, na formatura, sobre a forma de juramento.

Alguns desses códigos terão regras explícitas e numerosas, outros conterão somente alguns princípios gerais de conduta.

O ato ético profissional tem a mesma estrutura de qualquer ação moral, ou seja, tem o aspecto *normativo* (que se refere às regras da ação) e o *fatual* (a realização efetiva do ato).

Considera-se *imoral* o ato efetivo realizado em desacordo com as normas estabelecidas. Em contrapartida, é *moral* o ato que se adequa à norma, introjetada livremente pelo sujeito, ou seja, à norma que o indivíduo tornou sua.

Assim sendo, ao prestar o juramento, o profissional está não só tomando conhecimento das regras morais da profissão, como as está abraçando livremente. Desse modo, fica estabelecida a responsabilidade profissional de cada um.

A responsabilidade profissional pode ser definida como *saber fazer bem o dever* (dever, aqui, entendido como aquilo que é próprio e específico da profissão) e responder por suas ações. A responsabilidade profissional envolve a competência enquanto *saber* teórico e técnico, enquanto *vontade* (querer) de transformar em atos esse saber teórico e técnico e enquanto *poder* fazê-lo, dando sentido à prática da profissão.

Na responsabilidade profissional, ética e política se entrelaçam.

Não basta *saber fazer bem o dever,* é necessário *poder fazer bem o dever*. Poder, neste caso, significa a capacidade de escolha entre cursos alternativos de ação.

É no exercício cotidiano da profissão que o indivíduo se defronta com os casos concretos, com as situações particulares que vão exigir dele a reflexão sobre os modos de aplicação das normas dentro de um contexto histórico e social dado, e sobre as conseqüências de cada um desses modos. Escolher um modo e responder pelas suas conseqüências é tomar partido, não em função de um impulso, mas fruto da consideração das alternativas possíveis de aplicação da regra moral a uma situação particular. Só assim é possível participar e produzir em relação com o todo da vida civil e social.

Ao escolher um curso de ação condizente com as regras da ética profissional, o indivíduo está não só *agindo moralmente*, como também está fazendo uma afirmação política dentro da sociedade, pois o seu comportamento terá o poder de influenciar comportamentos futuros de outros profissionais.

Resta-nos, ainda, tratar de uma questão: já que a chamada "ética profissional" é, na verdade, um código moral que regula a ação profissional, qual o papel da ética, como foi definida no início deste artigo, com relação às profissões?

É função da ética refletir sobre o que os códigos éticos profissionais propõem enquanto regras e sobre os fundamentos dessas regras, analisando o contexto histórico e social dentro do qual elas surgiram e se ainda são válidas na atualidade.

A primeira pergunta que se deve fazer é sobre o tipo de profissional que se deseja ver formado, revelado através do código de ética da profissão. Ele deve servir única e exclusivamente às exigências do mercado? Ou deve agir na fronteira teórica e técnica de sua profissão? Deve ser inventivo, criativo, além de competente teórica e praticamente?

Dependendo da resposta que se der a essas e outras perguntas, o código de ética será elaborado de modos diferentes.

Assim, a segunda questão é sobre a adequação das regras do código à atuação do profissional ideal. Elas permitem que o profissional aja no sentido de realizar o que foi definido como desejável? Essas regras são adequadas ao contexto histórico e à situação cultural onde esse profissional atua?

Neste momento lembramos que, se de um lado deve-se condenar o relativismo ético, ou seja, a ausência de princípios norteadores da ação, por outro, precisamos também evitar a burocratização da ética, isto é, o cumprimento de regra simplesmente porque foi erigida em regra dentro de um código, sem levar em consideração sua adequação ao desenvolvimento de um dado grupo social.

Como exemplo, podemos citar o juramento do médico em defender a vida. Esse juramento continua em vigor, mas o conceito de vida mudou. Há tempos atrás, vida significava um coração batendo. Hoje, em virtude do desenvolvimento tecnológico, é possível conservar o coração batendo por anos a fio, num corpo inconsciente, sem atividade cerebral. Assim, vida passou a ser definida como sendo a atividade cerebral. No momento em que a atividade cerebral se encerra, não há mais vida e o médico nada mais terá a defender, mesmo que o coração ainda bata por algum tempo. Esta mudança deriva da reflexão ética sobre os fundamentos do código profissional.

O exemplo nos permite perceber com mais clareza não somente a diferença entre ética e código moral, como também a necessidade dos profissionais manterem o diálogo a respeito de suas práticas, refletindo sobre as razões de suas ações, dentro da sociedade brasileira que existe concretamente e da sociedade que queremos que venha a existir. É só nessa fronteira política que as discussões sobre ética podem fazer sentido: articulando o que é com o que desejamos que pode vir a ser.

Para uma visão mais abrangente da evolução destes problemas, consultar
ARANHA, M. Lúcia A., MARTINS, M. Helena P. *Filosofando*: introdução à filosofia. São Paulo : Ed. Moderna, 1993. p.103-125 e 273-289.

Sobre a questão de ética e competência, ver
RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. São Paulo : Cortez, 1993.

(*) Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Bacharelado e Licenciatura em Filosofia. Mestrado e Doutorado em Artes.

A ÉTICA NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: UMA REFLEXÃO

José Augusto Chaves Guimarães *

INTRODUÇÃO

Partindo-se da definição de ética fornecida pelo dicionário AURÉLIO (p.591) - "estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do bem e do mal, seja relativamente a uma sociedade, seja de modo absoluto", observa-se que a questão ética, no âmbito mais cotidiano, encontra-se ligada ao ideal de "bem fazer" e de "bem agir".

Quando se traz essa questão para a esfera educacional, no entanto, necessário se torna, a priori, enfocar as duas maneiras pela qual se dá o processo de formação do profissional bibliotecário: a formal e a informal.

No âmbito formal, a educação bibliotecária se dá, em nosso país, por meio do ensino de graduação e de pós-graduação (lato e stricto sensu), pautada em um tripé de elementos indissociáveis e interagentes: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em assim sendo, para que se possa falar em ética na formação do bibliotecário, necessário se torna abordá-la no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em Biblioteconomia, aspectos que serão objeto das reflexões a seguir.

1. A ÉTICA NAS ATIVIDADES DE ENSINO EM BIBLIOTECONOMIA

O processo ensino/aprendizagem caracteriza-se por uma interação onde necessariamente atuam dois sujeitos: o elemento docente e o elemento discente.

Na área de Biblioteconomia, a questão do docente já há algum tempo tem sido objeto de preocupação e de estudo. Para tanto, eventos como os Encontros Nacionais de Ensino de Biblioteconomia (promovidos trienalmente pela ABEBD desde 1986) e alguns Encontros Regionais de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (promovidos por Grupos de Escolas de Biblioteconomia) tem dedicado especial atenção às características e ao papel a ser desempenhado por esse docente, procurando traçar seu perfil.

Uma questão, no entanto, merece especial destaque: a formação desse docente. Durante décadas, pautado por uma influência tecnicista norte-americana, aliado ao fato de a legislação brasileira prever o oferecimento dos cursos de Biblioteconomia apenas na modalidade de Bacharelado, observou-se que o ensino assumia o aspecto mais de transmissão de técnicas, muito mais próximo do treinamento, do que efetivamente de um processo de formação de um profissional-cidadão.

Nos últimos tempos, tem-se discutido mais amiúde a necessidade de o docente de Biblioteconomia assumir efetivamente seu papel de EDUCADOR, elemento formador de novos profissionais, de novas idéias, visando à transformação e à melhoria das condições sociais por meio de um desempenho profissional consciente. Para tanto, fundamental importância adquire a questão da capacitação docente, entendida seja no aspecto material (aprofundamento de estudos em áreas específicas, por meio dos cursos de pós-graduação e da atividade de pesquisa), seja sob o aspecto formal (ligada à capacitação pedagógica, com ênfase à Didática).

Nesse processo, desnecessário é frisar a importância dos cursos de pós-graduação "stricto sensu" como principais e mais efetivos instrumentos de capacitação docente em Biblioteconomia.

Embora criados na década de 70 com a dupla missão de formar o docente e o pesquisador na área, observa-se que os mesmos, no decorrer dessas quase três décadas, tem dado muito maior ênfase à sua função de espaço formador de pesquisadores - o que, diga-se de passagem, vem sendo desenvolvido com muito afinco e competência - do que ao seu papel formador do doente de graduação na área - o que necessitaria ser objeto de maior atenção dos cursos, seja no sentido de incluírem a formação pedagógica em seus programas de pós-graduação, seja no sentido de encararem o docente de graduação como um dos mais importantes - para não dizer o principal - segmentos de sua clientela.

Ainda no âmbito do ensino, é fundamental que se dedique especial atenção ao educando, desde o delineamento de seu perfil, passando pelo planejamento de atividades curriculares e extra-curriculares que possam enriquecer o seu processo de formação enquanto profissional e enquanto cidadão, e indo até o acompanhamento do egresso, por meio de programas de educação continuada.

No tocante ao perfil dos discentes de

Biblioteconomia, alguns estudos têm sido realizados nos últimos anos, visando a identificar especificidades das clientelas dos diferentes cursos brasileiros. Tal aspecto adquire fundamental importância no âmbito do estabelecimento de políticas educacionais dos diferentes cursos - aspecto esse que se deve se consubstanciar nos projetos pedagógicos dos cursos - de modo a que o delineamento e a operacionalização dos diferentes currículos plenos dos cursos (e ressalto aqui que tais currículos devem necessariamente ser diferentes, seja pelo contexto sócio-econômico de sua clientela, seja pelas áreas de excelência de seus docentes, seja ainda pelo tipo de profissional que almejam formar) se faça em consonância com a ambiência.

No tocante às atividades curriculares e extra-curriculares dos cursos, imprescindível é que sejam encaradas como meios para a operacionalização dos objetivos do curso, previamente estabelecidos no projeto pedagógico, em virtude do tipo de profissional almejado. Tal alerta se faz necessário de modo a evitar que as estruturas curriculares sejam encaradas como meros "varais" onde penduram-se indistintamente conjuntos de disciplinas, sem que se discuta - e que se deixe claro ao aluno - a sua pertinência e inter-relação para que se atinjam os objetivos almejados.

No âmbito das atividades a serem desenvolvidas com os alunos, é mister refletir sobre a coerência desse conjunto. Dessa forma, as atividades desenvolvidas em sala de aula têm como pressuposto básico trazer à baila questões fundamentais no âmbito dos diferentes conteúdos, as quais serão enriquecidas por um conjunto de atividades complementares e coerentemente interdependentes tais como visitas, oficinas, estágios, palestras, seminários e outras.

Duas atividades merecem especial ênfase quando se fala nesse acompanhamento: as ligadas a tutoria e as atividades de pesquisa propriamente ditas (que serão objetivo de consideração no tópico a seguir).

Como atividade de tutoria, merece destaque o PET (Programa Especial de Treinamento) da CAPES, que, por meio de diversificadas atividades, visa ao aprimoramento do ensino de graduação, permitindo ao aluno um ampliar de horizontes bem como a sua sensibilização para uma futura vida acadêmica no âmbito de ensino ou de pesquisa. Para tanto, o aluno tem a oportunidade de, sob a orientação de um professor-titular, realizar leituras de temas atualizados na área, participar de seminários (seja apresentando, seja debatendo um tema), realizar pesquisas, desenvolver serviços junto à comunidade, participar de atividades de planejamento pedagógico do curso, auxiliar os demais colegas, organizar eventos, etc. Atualmente, existem apenas dois grupos PET na área de Biblioteconomia: o da Universidade Federal do Maranhão (São Luiz - MA) e o da Universidade Estadual Paulista (Marília - SP).

2. A ÉTICA NAS ATIVIDADES DE PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA

A questão da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia vem adquirindo (felizmente) a cada dia que passa, um papel de maior relevo.

Primeiramente é importante refletir o papel fundamental que desempenham as atividades de pesquisa para a formação e a sedimentação do conhecimento. Assim, a pesquisa na graduação passa a se constituir em elemento para a qualidade, uma vez que o aluno, da condição de receptor de ensinamentos, passa a ter a oportunidade de investigar novas alternativas, questionar aspectos, aprofundar-se em teorias, etc. Alie-se ainda o papel da pesquisa como elemento de criação no âmbito dos cursos.

Neste âmbito, merecem especial destaque as atividades de Iniciação Científica, nas quais o aluno desenvolve uma pesquisa sob a orientação de um professor com titulação mínima de mestre (no caso do CNPq) ou de doutor (no caso da FAPESP), recebendo ainda uma bolsa para tal.

Tais pesquisas podem ser desenvolvidas no âmbito de um tema individual ou ainda integradas a um projeto maior do orientador, em função de sua linha de pesquisa.

O curso de Biblioteconomia da UNESP-Marília, por exemplo tem vivenciado, nos últimos 10 anos, experiências nesse sentido, contando hoje com 11 bolsistas de Iniciação Científica do CNPq, que desenvolvem projetos individuais ou integrados a projetos maiores de seus docentes. Tais pesquisas têm gerado, anualmente, a realização de Congressos de Iniciação Científica, onde os alunos expõem sobre o andamento e/ou os resultados de suas pesquisas para platéias de docentes, discentes e profissionais.

Experiências dessa ordem permitem que o aluno vivencie uma atividade de investigação e possa assumir uma postura acadêmica perante sua futura profissão, saindo dos estreitos limites do "como fazer" indo até o "porque, para que e para quem fazer".

Outra atividade que merece destaque no âmbito da pesquisa nos cursos de graduação em Biblioteconomia, são os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), experiência presente em muitos de nossos cursos.

Nesse âmbito, o aluno dá os primeiros passos em uma atividade formal de pesquisa, na medida em que, escolhido um tema, desenvolve-o sob os auspícios de um orientador. Tal trabalho consubstancia-se em uma monografia que, em alguns cursos, é defendida perante uma banca de professores e/ou profissionais da área. A experiência tem mostrado que o TCC constitui-se em elemento para a qualidade da graduação, uma vez que permite ao aluno aprofundar-se em uma área específica de seu maior interesse, visualizando novas perspectivas. Alie-se a isso o aspecto científico da questão, preparando o aluno e futuro profissional para os estudos pós-graduados.

Como se observa, as atividades de pesquisa no âmbito da graduação configuram-se diversificadas e altamente proveitosas para os cursos. No entanto, é importante ressaltar que tais atividades devem ser o reflexo de uma política educacional pré-estabelecida, onde os docentes estejam efetivamente engajados na pesquisa. Para tanto, duas questões da maior importância devem ser consideradas no âmbito dos cursos de graduação em Biblioteconomia: o estabelecimento de linhas de pesquisa claramente definidas, nas quais estejam engajados grupos de docentes e uma ação efetiva no sentido de garantir a capacitação docente, por meio de cursos de pós-graduação "stricto sensu" (mestrados e doutorados).

3. A ÉTICA NAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM BIBLIOTECONOMIA

A realidade universitária tem mostrado que a extensão, ainda em nossos dias, constitui-se em uma grande "melting pot" onde são inseridas todas aquelas atividades que tradicionalmente não têm lugar no âmbito do ensino ou da pesquisa.

No entanto, pode-se dizer que pertencem

à extensão todo o conjunto de atividades promovidas pela universidade em prol da comunidade em geral, tais como: congressos, simpósios, seminários, palestras, workshops, estágios, assessoramentos, publicações de divulgação, etc.

Talvez como reflexo dessa própria indefinição conceitual quanto às atividades de extensão, observa-se que as mesmas não têm sido objeto de tanto prestígio por parte das universidades quanto o ensino e a pesquisa.

É importante ressaltar que se existe uma área de atuação da universidade que garante a sua contextualização, que permite a democratização do saber e que (principalmente no âmbito das universidades públicas) propicia um retorno social diversificado dos investimentos públicos feitos na universidade, tal área é a da extensão universitária. Assim, se o ensino faz a ponte entre a universidade e a atuação profissional, se a pesquisa faz a ponte entre a universidade e a geração de conhecimento, a extensão faz a ponte entre universidade e sociedade.

Essa ponte, no entanto, deve ser objeto de cuidados, para que não se caia em extremos perigosos.

Por um lado, é necessária muita lucidez para que a universidade não dirija toda sua atuação na dependência estrita das necessidades específicas da comunidade (pois, ao lado da comunidade, a universidade tem um compromisso com a formação de um profissional e com a geração de conhecimento). Tal postura, em situações extremas, gera o que tradicionalmente se denomina assistencialismo, onde a universidade desloca seu papel para o de um mero prestador de serviços, fazendo as vezes de órgãos do poder público ou da própria iniciativa privada que deveriam cumprir tal função.

No âmbito da Biblioteconomia, tal fato pode ser observado com relação aos estágios. Não raras vezes, os cursos de Biblioteconomia são procurados por diferentes instituições em busca de estagiários. Nesse momento, importante é observar o tipo de atividades a ser desenvolvida pelo estagiário e em que medida a mesma complementará sua formação, de modo a impedir que o estagiário seja utilizado como mão-de-obra barata, em atividades puramente mecânicas e rotineiras, sem qualquer proveito pedagógico. Importante, ainda, é verificar até que ponto o estágio não está a mascarar uma inércia das instituições em contratarem um profissional para desenvolver tal atividade.

Em outro extremo, tem-se a situação da universidade que, virando as costas para a comunidade, passa a oferecer apenas os serviços que supostamente acha importante, sem levar em conta as necessidades, o contexto social em que se insere, em uma postura de alienação.

Assim, a extensão, como o próprio nome já diz, deve constituir-se em um "estender-se" da universidade para e em direção à comunidade, propiciando uma salutar troca de experiências e de conhecimentos.

Duas atividades de extensão devem, a meu ver, ser objeto de especial atenção no âmbito dos cursos de Biblioteconomia brasileiros.

A primeira se refere às iniciativas quanto à educação continuada, onde a universidade, por meio de eventos, cursos de atualização e muitas outras atividades, propicia uma atualização de seus egresso (e é importante frisar que o compromisso dos cursos com os discentes não se encerra quando os mesmos passam a ser profissionais mas, sim, adquire novas e mais amplas dimensões) e da comunidade em geral.

A segunda diz respeito às atividades de divulgação profissional, levadas a cabo pelos cursos no sentido de informar a comunidade sobre a profissão bibliotecária: sua função, o modo de formação profissional, as perspectivas profissionais, etc, pois são iniciativas dessa natureza que, mais do que nunca, garantirão, internamente, maior conscientização do nosso profissional e, no âmbito da sociedade, levarão maior informação sobre a profissão, propiciando uma maior valorização da mesma.

CONCLUSÃO

Nesse momento em que se delineia um novo profissional (objeto inclusive, de estudo da FID, por meio do grupo MIP - Modern Information Professional), cada vez mais se questiona o papel do ensino de Biblioteconomia visando à formação adequada a uma realidade de vésperas do século XXI.

E às escolas fica a questão: como fazê-lo de modo ético e eficaz?

Voltando-se à concepção de ética como algo ligado ao "bem fazer" e ao "bem agir", estou convicto que tal objetivo dos cursos estará sendo cumprido na medida em que os mesmos se conscientizem que:

a) a formação do profissional deve ocorrer de forma integrada - e integradora - onde atividades de ensino, pesquisa e extensão concorrerão para que sejam atingidos os objetivos educacionais previamente definidos;

b) é muito difícil que haja uma formação de boa qualidade se os cursos não envidarem esforços para o delineamento de projetos político-pedagógicos claros, objetivos e coerentes com um tipo de profissional almejado;

c) a capacitação docente constitui-se em condição "sine qua non" para que a pesquisa passe a ser efetivamente uma realidade na graduação, concorrendo para a qualidade do ensino;

d) o docente em Biblioteconomia é, antes de mais nada, um EDUCADOR e, como tal deve, superado o momento histórico do bacharel que treinava o aluno no uso de técnicas, assumir seu compromisso com o educando visando à formação de um profissional crítico, engajado no contexto social e com o "background" necessário para transformar.

Last but not least, mormente em um momento em que se criticam os cursos de Biblioteconomia por "não formarem um profissional adequado à realidade do mercado", é importante ressaltar que o ensino deve transcender aos estreitos e contingenciais limites do mercado, valendo-se dele, sim, como um dos (grife-se) subsídios para a formação do futuro profissional mas sempre indo além, no sentido de, mais do que formar um profissional devidamente aparelhado com as técnicas que esse mercado exige (e que talvez o mercado de amanhã possa não mais exigí-las), propiciar a formação de um profissional cidadão de espírito inovador, crítico e reflexivo, sensível às mudanças científicas e tecnológicas, preocupado com a investigação constante e fazendo de sua atividade profissional o cartão de visitas para a valorização de sua classe.

(*) Professor do Curso de Biblioteconomia da UNESP - Marília. Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação

ÉTICA PROFISSIONAL VERSUS ÉTICA SOCIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE OS MITOS DA BIBLIOTECONOMIA

Waldomiro C. S. Vergueiro

INTRODUÇÃO

Provavelmente a grande maioria das profissões existentes buscou elaborar diretrizes éticas que visem orientar a atuação daqueles que as exercem. Genericamente chamadas *códigos de ética*, elas constituem não apenas um conjunto de orientações para a atuação dos profissionais, mas também uma espécie de garantia à sociedade de que as atividades por eles desenvolvidas representam mais do que os interesses pessoais de seus membros e significam uma efetiva contribuição à coletividade (Lindsey & Prentice, 1985, p. 15). A Biblioteconomia não se constitui em exceção a essa regra, tendo internacionalmente sancionado seus próprios princípios éticos, que representam, em última instância, a filosofia a direcionar o tipo de intervenção social que os bibliotecários buscam realizar.

Como se sabe, a Biblioteconomia brasileira tem suas raízes na prática norte-americana; porisso, não é surpreendente que os padrões de comportamento oriundos desse país tenham sido utilizados como modelos para os profissionais brasileiros. O mesmo também ocorreu em várias outras regiões do mundo, incluindo países em mais avançado estágio de desenvolvimento como Inglaterra e Canadá. O fato, em si, não chega a ser necessariamente um mal, pois não é tão difícil imaginar a existência de pontos em comum entre as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários dos diferentes países, ainda que as realidades sociais diversas apresentem contrastes muitas vezes avassaladores. Imagina-se - talvez com excessiva ingenuidade - que as lideranças profissionais nos diversos países procuram observar um cuidado especial no sentido de adequar os padrões de comportamento de seus bibliotecários ao ambiente social em que exercem a profissão.

É interessante notar que as preocupações éticas têm recentemente aumentado no meio bibliotecário, haja vista a grande quantidade de artigos e livros sobre o tema que foram publicados nos últimos anos; ao mesmo tempo, várias Associações profissionais, como a Library Association, o Institute of Information Scientists e a Canadian Library Association vêm desenvolvendo iniciativas para atualizar seus códigos de ética (Sturges, Pritchett and Scully, 1994, p.1). No entanto, é importante salientar que, a nível internacional, esse aumento de interesse pela discussão das implicações éticas da profissão muito deve ao aparecimento das novas tecnologias informacionais, que concorreram para ampliar as preocupações dos bibliotecários quanto a possíveis restrições para o acesso às informações armazenadas em bases e bancos de dados automatizados, bem como à privacidade dos registros de utilização dessas informações (potencialmente disponíveis de forma cumulativa).

Mas esse, muito provavelmente, ainda não é o caso do Brasil. Em países menos desenvolvidos, suspeita-se que a discussão das questões éticas em relação ao acesso e fornecimento de informações tem ainda que amadurecer um pouco antes de atingir o nível de preocupação de países mais avançados, embora a importância das questões neles discutidas não possa ser, evidentemente, subestimada. Antes de se perseguir o enfoque atualmente prioritário nos países mais desenvolvidos - repetindo-se o ciclo de reprodução que sempre nos caracterizou, - será talvez aconselhável que maior priori-

dade seja destinada ao desenvolvimento de um corpo de preceitos éticos que responda de maneira mais adequada às características tanto das instituições de informação como das comunidades de usuários dos sistemas informacionais existentes. Para isso, será necessário que os esforços sejam direcionados à desmontagem de alguns postulados éticos que, talvez simplesmente devido à inexistência de outros, acabaram por se transformar em mitos - ou dogmas - da profissão. Este texto se propõe a discutir dois deles: o da neutralidade e o da corporação.

O MITO DA NEUTRALIDADE

Os bibliotecários norte-americanos, principalmente através de um de seus autores mais conhecidos e respeitados, D. J. Foskett, consagraram a expressão "no politics, no religion, no morals", significando que o bibliotecário, em suas atividades profissionais, não se posiciona pessoalmente em relação às informações que torna acessíveis, seja sob o ponto de vista político, religioso ou moral (Foskett, 1962). Essa posição de neutralidade encontrou nos profissionais norte-americanos seus mais acirrados entusiastas e tornou-se um imperativo ético para eles - uma verdadeira declaração de fé ou "juramento de Hipócrates" bibliotecário, - sendo muitas vezes utilizada como justificativa para a luta contra as restrições impostas à liberdade intelectual dos usuários (Vergueiro, 1987). Segundo essa visão, os bibliotecários devem coletar e fornecer, sem quaisquer tipos de restrições, todas as informações necessárias a seus usuários, sem questionar a aplicação que eles farão das informações recebidas. Da mesma forma, não devem permitir que suas crenças ou opiniões a respeito do conteúdo dos documentos possam interferir em seu trabalho de seleção de materiais para o acervo, bem como na disseminação das informações armazenadas.

Como em todas as proposições de fé, a neutralidade almejada pelos bibliotecários norte-americanos acabou sendo encarada como uma verdade universalmente aplicável a todas as realidades sociais, desconsiderando-se fatos como as desigualdades econômicas ou as barreiras existentes para o acesso às informações armazenadas pelas bibliotecas; parte-se da premissa de que a probabilidade de qualquer informação ser publicada, ou de qualquer pessoa poder ter acesso a ela, ocorre indiscriminadamente em todas as sociedades. Sob esse ponto de vista, é ético aos bibliotecários fornecer todas informações solicitadas pelos usuários; negar-se ao fornecimento ou restringir o acesso ás informações, por *quaisquer* motivos, não é considerado um comportamento ético. Não existem, segundo esse postulado, situações de meio-termo.

Ultimamente, entretanto, até mesmo em sociedades consideradas desenvolvidas, como é o caso dos Estados Unidos, essa neutralidade dos bibliotecários no provimento de informações tem sido questionada. Algumas pesquisas alertaram para a possibilidade desse fornecimento irrestrito de informações eventualmente constituir-se em uma ameaça para a coletividade ou mesmo para o próprio usuário. Que deve fazer o bibliotecário, por exemplo, quando alguém deixa claro que utilizará as informações obtidas através da biblioteca para causar a morte de outras pessoas (como, por exemplo, quando intentos criminosos podem ser identificados em um usuário solicitando informações que lhe possibilitem construir um aparato destrutivo)? Ou quando um usuário, cujas tendências suicidas são de conhecimento comum, solicitar materiais a respeito de formas indolores para se cometer o suicídio? A ética profissional da neutralidade mandará que, em ambos os casos, a informação solicitada seja fornecida sem restrições, pois a aplicação das informações fornecidas é considerada irrelevante ao desempenho profissional. Mas é talvez razoável imaginar que uma ética social mais ampla irá provavelmente condenar tanto o assassinato como o ato suicida, entrando em choque com os ditames da profissão. Nesses casos, é também razoável supor que "quando o bibliotecário percebe ou mesmo suspeita que a informação será utilizada para objetivos antisociais - a destruição de propriedades ou vidas - então as orientações profissionais devem tornar-se subservientes à ética comum, que nos manda respeitar propriedades e vidas" (Hauptman, 1988, p.18). Mas nem sempre, deve-se reconhecer, é essa a norma seguida pelos bibliotecários.

Embora almeje manter-se acima das informações que fornece, o bibliotecário acaba, inevitavelmente, sendo um elemento a intervir no processo. Assim como nenhum dado é registrado, em qualquer suporte, sem sofrer influência direta do contexto social em que se originou, nenhuma informação é fornecida no vazio. Queira ou não, o bibliotecário é um cidadão a viver em uma sociedade específica, e é teóricamente impossível a qualquer profissional despir-se de sua cidadania e deixá-la no mesmo cabide em que pendura o casaco no início da jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que veste seu uniforme de profissional.

Se desprezar essa impossibilidade já se coloca como problemático para os bibliotecários de países mais desen-

volvidos, para os que atuam nos países em desenvolvimento a tarefa é ainda mais delicada, pelo menos para aqueles que não fecham os olhos ao que acontece à sua volta. Para esses últimos, a distribuição desigual de riquezas, o sistema educacional totalmente inadequado, as enormes parcelas da população perpetuamente alijadas do usufruto dos bens culturais e a falta de condições mínimas para que a dignidade humana seja exercida em plenitude são realidades por demais gritantes para serem simplesmente ignoradas.

Descobrir maneiras de, com nossa prática profissional, interferir e aperfeiçoar a sociedade em que vivemos, colaborando para que se tornem mais justas, é, talvez, um imperativo ético muito mais adequado para os profissionais da sociedade brasileira que a neutralidade preconizada por D. J. Foskett. E isto deveria constituir-se em objetivo a ser atingido tanto pelo indivíduo como pela categoria profissional como um todo, através de suas lideranças e organismos de classe ou sindicais. O que não é, absolutamente, uma tarefa fácil, porque outros mitos profissionais podem interpor-se.

O MITO DA CORPORAÇÃO

A história da Biblioteconomia brasileira mostra que ela evoluiu da posição de uma arte cultivada por alguns poucos abnegados para uma profissão liberal que pretende, em justa medida, colocar-se em pé de igualdade com todas as outras profissões liberais. Esta evolução pode ser vista de maneira positiva, como consequência direta de uma conscientização geral quanto aos benefícios que a organização profissional pode trazer à sociedade; por outro lado, ela também pode ser encarada negativamente, como uma estratégia utilizada para melhorar o *status quo* daqueles que exercem a profissão. Mas, independente de análises, é incontestável que a formalização das atividades profissionais, através do estabelecimento de currículos escolares, carreiras e legislação próprias trouxe melhoras qualitativas ao desempenho dos bibliotecários.

Mesmo considerando os avanços normalmente trazidos pela organização de uma profissão, é evidente que sempre existe o risco de, com o correr do tempo, os mecanismos legais originalmente planejados deixarem de funcionar de acordo com os interesses da sociedade, passando a ser uma forma de proteção para os profissionais que a exercem. Isso pode ser muitas vezes identificado nas restrições que são colocadas a algumas inovações tecnológicas potencialmente benéficas à coletividade mas que podem, eventualmente, assimilar algumas das atividades desenvolvidas por parcelas da profissão, ameaçando sua colocação no mercado de trabalho. Ou, ainda, quando acusações de desempenho não adequado das atividades profissionais por parte de um elemento são acobertadas pelos colegas de profissão simplesmente para proteger quem a cometeu, no que acaba se transformando em uma atitude coletiva de auto-proteção. O primeiro caso é mais comum de acontecer em profissões onde os avanços da tecnologia podem exercer maior impacto; o segundo, naquelas onde o saber especializado é uma espécie de código mais ou menos secreto, que só pode ser desvendado por alguns poucos. Quando tais fatos se tornam realidade, é bastante lógico pensar que os interesses profissionais de uma corporação estão sendo colocados acima do conjunto da sociedade, desconsiderando as implicações éticas e sociais que essa inversão de valores possa eventualmente representar.

A Biblioteconomia brasileira, de uma maneira geral, não poderia ser acusada de ser complacente com os delitos éticos acima mencionados. Não se tem notícias de casos em que maus profissionais foram coletivamente acobertados por outros bibliotecários ou pelos organismos de classe. Da mesma forma, ainda que se possa imaginar que um certo receio possa ter surgido no início da introdução das tecnologias de informação no país, ele foi rapidamente afastado quando uma maior familiaridade com elas tornou-se possível aos profissionais (aliás, pode-se até afirmar que os bibliotecários brasileiros são os mais entusiastas do mundo quanto aos benefícios trazidos por essas tecnologias...).

No entanto, seria talvez temeridade afirmar que a Biblioteconomia brasileira, enquanto categoria profissional, está totalmente isenta de comportamentos não éticos. Sob esse ponto de vista, existem motivos para suspeitar que a rigidez com que a profissão está organizada pode estar coletivamente caracterizando uma postura eticamente reprovável.

Contrariamente ao que acontece em profissões como a Medicina ou a Engenharia, em que normalmente o exercício das atividades, por motivos de segurança social, é severamente restrito aos que foram considerados aptos para fazê-lo, as atividades da Biblioteconomia geralmente não constituem uma barreira intransponível para aqueles que não chegaram a receber uma educação formal na área. Ainda que a tentação de tentar fazê-lo seja algumas vezes irresistível, não é possível negar que auxiliares de biblioteca razoavelmente competentes podem desempenhar virtualmente qualquer atividade

na área, "à exceção da administração ou seleção especializada, onde substantivo conhecimento de uma outra área é necessário" (Hauptman, 1988, p. 15). O argumento de que o exercício da profissão deve ser restrito apenas àqueles que tiveram uma educação formal para tanto - no caso brasileiro, o curso superior - não encontra sustentação na realidade dos fatos. Igualmente, sob o enfoque de uma ética mais ampla, é questionável se as barreiras legais que atualmente impedem o livre exercício da profissão no país estão cumprindo o papel social que deveriam cumprir.

A resistência que modificações substanciais na legislação que define a figura do bibliotecário no país vêm encontrando em grande parcela dos organismos profissionais pode corroborar a hipótese de que os interesses da sociedade estão sendo colocados em segundo plano, quando entram em choque com os interesses dos bibliotecários. É difícil encontrar argumentos socialmente válidos para justificar, por exemplo, a não diversificação da formação profissional em vários níveis de ensino, com o atual curso superior sendo apenas **uma** das opções existentes, e incorporando o já significativo número de profissionais pós-graduados em Biblioteconomia e Ciência da Informação existente no mercado.

CONCLUSÃO

Alguns pontos merecem ser salientados, à guisa de conclusão:

1. Em termos de um país em desenvolvimento, onde as necessidades de organização social são muito superiores àquelas existentes em outros países, optar intransigentemente pela ética da neutralidade profissional do bibliotecário pode representar a opção por uma práxis que visa dar sustentação às imperfeições sociais. Embora o raciocínio esteja sendo deliberadamente levado a seu extremo, não havendo necessariamente uma relação causa-efeito entre os atos apontados, é importante que os bibliotecários estejam atentos a essa possibilidade. Em nossa realidade, engajar-se por avanços sociais, enquanto membro de um corpo profissional, pode ser muito menos iconoclástico do que a princípio parece.

2. Da mesma forma, a rigidez de uma legislação profissional deve buscar raízes na proteção que oferece à sociedade e não ser artificialmente mantida, visando garantir que os beneficiários dessa legislação tenham seu lugar assegurado no mercado de trabalho. Infelizmente, isto pode estar acontecendo com a Biblioteconomia no Brasil. No mínimo, é lamentável pensar que, como em um axioma sistêmico maleficamente desvirtuado, a corporação parece ter-se tornado maior que a soma de suas partes. As implicações éticas de tal postura parecem ser bastante evidentes.

Por fim, deve-se apontar que este texto buscou analisar, sob o ponto de vista ético, *apenas* duas das proposições normalmente consideradas como verdades universais da profissão. Na realidade, outras análises poderiam ser feitas e espera-se que o desafio de fazê-lo seja suficientemente atraente, pelo menos para alguns.

BIBLIOGRAFIA

FOSKETT, D. J. *The creed of a librarian: no politics, no religion, no morals*. London : Library Association, 1962.

HAUPTMAN, R. *Ethical challenges in librarianship*. Phoenix : Oryx Press, 1988.

LINDSEY, J. A. & PRENTICE, A. E. *Professional ethics and librarians*. Phoenix : Oryx Press, 1985.

STURGES, P.; PRITCHETT, C. & SCULLY, B. *Ethical implications of computer technology for librarians*. (não publicado)

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da Informação*, Brasília, v.16, n.1, p.21-6, 1987.

(*) Professor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

EU, BIBLIOTECÁRIO, RG XXXXX E CPF YYYYY, TRABALHO EM ARQUIVO OU MUSEU .... ALGUM PROBLEMA?

Johanna W. Smit*

Formulemos uma outra pergunta, próxima do título acima: sou bibliotecário, preciso de emprego, aparece um trabalho num arquivo ou museu, o que devo fazer? ... ou então, outra possibilidade, estatisticamente bastante freqüente: trabalho numa biblioteca, me pedem para cuidar também do arquivo da instituição, ou ainda de alguns objetos históricos que foram guardados por fulano e que datam da época da fundação da empresa... o que fazer?

O que ocorre, nestas horas? Há problema? Depende.... sim, do que? Esta é a pergunta. Vamos tentar organizar a conversa distribuindo o assunto em facetas complementares (bibliotecário é fogo, sempre classificando!...):

a. o que distingue o fazer do bibliotecário do fazer do arquivista e do museólogo? Aliás, há algo que os une?

b. em que circunstâncias esta dúvida é mais cruel?

c. em conclusão, como pensar a questão de um ponto de vista ético?

BIBLIOTECÁRIO = ARQUIVISTA = MUSEÓLOGO .... será?

Não será possível, neste momento, entrar em muitos detalhes da discussão, mas uma coisa é certa: este povo tem algo em comum, mas tem também suas especificidades... falei e não disse nada? certo, então tentemos *falar* algo... Não é possível hoje, quase século 21 (que chavão!) pensar a questão da cultura e da informação de forma segmentada, compartimentada de acordo com as tradições das diferentes profissões envolvidas. Gosto muito de citar, nestas horas, um artigo de um museólogo, Peter Homulos (1), que discute as "instituições coletoras de cultura", agregando sob este nome as bibliotecas, os museus e os arquivos. Homulos considera que todas têm uma função comum: coletar documentos e organizá-los de tal forma que possam ser recuperados na hora H. Lógico, cada instituição tem também suas peculiaridades, que não podem ser esquecidas, e Homulos as detalha enquanto especificidades que existem mas não invalidam a visão geral segundo a qual estas instituições têm algo em comum, como se fossem 3 irmãs (uma loira, outra morena, outra ruiva) ligadas por laços de sangue. À minha moda tenho igualmente discutido a irmandade entre as profissões irmãs, chamando-as pela expressão "3 Marias" (2). Um outro autor, Richard Mason (3), no mesmo sentido, indaga: o que é um profissional da informação? e continua, com uma pergunta, meio embaraçosa, tentando saber o que, para início de conversa, nos caracteriza enquanto profissionais... Mason pesquisou uma longa bibliografia e chegou à conclusão que um profissional se caracteriza por um conhecimento específico... e que os profissionais da informação têm em comum um conhecimento específico sobre o próprio conhecimento, uma vez que normalizam e organizam informações (quaisquer que sejam os suportes desta informação) que servirão para que outras sistematizem e ampliem seus conhecimentos. Mason, ao discutir o profissional da informação, coloca igualmente a semelhança entre as funções desempenhadas pelo bibliotecário, arquivista e museólogo, ressalvadas as especificidades de praxe...

Resumidamente, tanto o bibliotecário quanto o arquivista e o museólogo são membros de uma mesma família, a família dos profissionais da informação, que atuam, apesar de especificidades indiscutíveis, com objetivos comuns, e que Mason formula nos seguintes termos: conseguir a informação certa, da fonte certa, para o cliente certo, no tempo certo, da forma mais adequada ao uso e a um custo justificado pelo uso... e agora, José? Assim como é importante, por várias razões, assumir nossa irmandade com os arquivistas e museólogos, até para aprendermos a nos enxergar inseridos numa categoria profissional muito maior, e por isto mesmo mais forte e importante socialmente, é igualmente essencial perceber as diferenças que existem entre as abordagens com as quais as diferentes áreas perseguem seus objetivos.

BIBLIOTECÁRIO ≠ ARQUIVISTA ≠ MUSEÓLOGO ... será?

Voltando ao artigo de Homulos, este coloca as diferenças entre as áreas, resumidamente, nos seguintes termos:

- *a natureza de suas coleções:* nos museus, objetos únicos, nas bibliotecas documentos muito reproduzidos e nos arquivos documentos produzidos com finalidade administrativa;

- *o conteúdo informacional das coleções:* na biblioteca, a coleção é a informação, sen-

do que no museu o objeto pouco informa sobre si mesmo (por isto sempre vemos "plaquinhas" ao lado dos objetos, trazendo explicações) e no arquivo a coleção dos documentos (não cada documento isoladamente) informa sobre a instituição;

- *interação com o público:* enquanto os museus têm a preocupação de mostrar seu acervo, tornando-o compreensível para o público, a biblioteca e o arquivo demonstram menos preocupação neste sentido, uma vez que supõem que o público deve se "inteirar" da política de tratamento adotada.

Lógico, generalizações como estas, embora indispensáveis, sempre esquecem certos detalhes, acabam às vezes sendo discutíveis em alguns aspectos, mas têm um mérito indiscutível: nos obrigam a olhar um pouco além do nosso nariz... Enxergar um pouco além significa, nestes casos, desenvolver uma sensibilidade para saber se mover em "ambientes" diferentes do nosso feijão-com-arroz tradicional, ou seja, as bibliotecas e os sistemas de informação. De fato, apesar de reconhecer objetivos comuns às várias instituições coletoras de cultura, devemos igualmente perceber que os princípios que norteiam o trabalho nestas são diferentes e devem ser conhecidos e respeitados. Exemplos? Há muitos, mas vamos tentar "ilustrar" a questão por dois exemplos.

- os museólogos consideram que a descrição que fazem dos objetos que têm sob sua guarda pode ser constantemente apurada, em decorrência de novas pesquisas e novas informações... o que significa que, para o museólogo, uma descrição nunca está fechada, a ficha poderá ser sempre atualizada, ou seja, está tudo em "aberto"... o bibliotecário, no entanto, uma vez tendo descrito o documento do acervo, considera esta descrição "resolvida", "acabada", sendo que as alterações posteriores não constituem rotina, mas exceção (no caso de baixa do acervo, por exemplo, retorna-se à ficha...)....

- o arquivista tem muito claro que ele lida com uma infinidade de documentos administrativos de uma instituição e que a guarda e organização destes documentos supõe uma função que estes documentos desempenham para a instituição. Em função desta visão das coisas, o arquivista trata os documentos de acordo com sua origem, imaginando cada documento inserido numa ordem maior de documentos que representam funções semelhantes, priorizando, conseqüentemente, a questão da tipologia documental: memorandos internos à instituição, independente de seu conteúdo, informam coisas diferentes do que as atas das reuniões da diretoria executiva desta mesma instituição... o bibliotecário, no entanto, muitas vezes desconhece esta visão que o arquivista desenvolveu sobre documentação administrativa, e tem tendência a colocar tudo em ordem alfabética e separar por assuntos... cometendo aí sérios deslizes do ponto de vista arquivístico...

SITUAÇÕES LIMITE = SITUAÇÕES PROBLEMA?

Desnecessário dizer que o trabalho nas zonas limítrofes entre as 3 Marias é delicado, sensível, mais propenso a causar problemas (e por isto também um desafio legal!)... mas, em quais ambientes o trabalho na interface entre as 3 profissões é mais freqüente? Correndo o risco de generalizar de forma rápida demais, eu diria que, estatisticamente, 2 situações são mais freqüentes hoje em dia, no ambiente brasileiro: nos arquivos audiovisuais e na gestão de arquivos institucionais ou empresariais confiados ao profissional da biblioteca ou documentação.

Os documentos audiovisuais constituem, em minha opinião, uma passarela privilegiada entre as 3 Marias, porque presentes em todos os ambientes, colocando problemas a todos e nunca tratados como "exclusividade" de área nenhuma (ainda bem!). A fotografia, neste sentido, representa o filé mignon da questão, porque ela está presente, em grandes volumes, tanto em bibliotecas, quanto arquivos e museus, mas não se adequa, de fato, a nenhuma lógica "fechadinha": não é possível tratar a fotografia em sua individualidade, como o bibliotecário está acostumado a trabalhar, tendo em vista seu grande volume e alta taxa de expansão, assim como o arquivista não consegue olhar para a fotografia pensando somente em sua procedência (porque muitas imagens "falam por si", independente da função que lhes foi atribuída no momento da geração), assim como, finalmente, o museólogo se debate com uma fotografia que, em sua acepção, constitui em primeiro lugar um objeto, mas cujo conteúdo informacional (a imagem) se impõe e fala por si... Em função disto tudo, a família das 3 Marias inclui um objeto meio anarquista (a fotografia), que não se submete às regras existentes mas impõe suas próprias regras...

O caso do arquivo da instituição, confiado à documentação, é igualmente freqüente, e causa nova fonte de problemas, que em resumo se explicam, via de regra, pelo desconhecimento, por parte do bibliotecário, dos princípios que regem o trabalho em arquivos.

Não tenho aqui espaço para inventar mais exemplos, mas manifestações de concordância, discordância, outros exemplos, etc., serão muito bem-vindas!

DOUTOR, É GRAVE?

Até aqui, tentei falar rapidamente da semelhança e das diferenças que podem ser observadas entre as 3 Marias e que ocorrem, de fato, na prática profissional. Não vejo o menor sentido em iniciar uma discussão sobre quem está certo, quem resolve mais, quem isto, quem aquilo... o objetivo de todos é comum (conseguir disponibilizar a informação certa, da fonte certa, para o cliente certo, etc....), e cada um, dadas as peculiaridades de seu acervo e dos objetivos institucionais, acaba tendo métodos de trabalho e princípios norteadores específicos... o único problema que vejo como sendo realmente grave, nesta questão, se resume ao desempenho do profissional avesso às especificidades. É necessário humildade para assumir nossa ignorância num monte de assuntos, e é necessária muita sensibilidade para trabalhar em áreas fronteiriças, tentando, caso a caso, descobrir qual é a "lógica" preponderante da instituição para a qual se trabalha (lógica biblioteconômica, lógica arquivística, ou lógica museológica?), evitando desta maneira incorrer em erros que antes de serem "técnicos", são sobretudo éticos.

(1) HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. *Art Libraries Journal*, v.15, n.1, p.11-13, 1990.

(2) SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.26, n.1/2, p.81-85, 1993.

(3) MASON, R. O. What is an information professional? *Journal of Education for Library and Information Science*, v.31, n.2, p.122-138, 1990.

(*) Professora Doutora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

A BIBLIOTECONOMIA E A ÉTICA

Elaine Marinho Faria(*)

1. INTRODUÇÃO

A ética biblioteconômica foi pouco discutida até hoje. Talvez isto ocorra por desconhecimento do que é ética, desinteresse, falta de oportunidade ou por se achar que o assunto só compete aos conselhos fiscalizadores da profissão.

2. ÉTICA

A ética conforme Rosenfield (12) é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens na sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica do comportamento humano.

Conforme Kremer (8) "a ética não é uma ciência positiva, mas uma ciência normativa, preocupada com o seu ideal".

A distinção entre ética e moral quase não existe, apesar da origem etimológica ser diferente, o termo ética do grego "ethos", significa "modo de ser", assim originalmente "ethos" e "mos", "caráter" e "costume", determinam um modo de comportamento que não é natural, mas adquirido ou conquistado por hábito.

3. ÉTICA E SOCIEDADE

Conforme Fiorentini (7) a grande problemática quanto a ética está ligada ao social e a superação dos processos histórico/sociais que contribuem para a submissão, obediência cega e quebra de conceitos morais.

A construção de um ser diferente, mais apto a apreender o mundo que o rodeia, que possa discernir entre o certo e o errado e que tenha condições de através de informações precisas, tomar decisões corretas, são metas que todos nós devemos estar engajados.

A prática democrática da organização social deve ser desenvolvida assegurando que tanto o indivíduo como a sociedade estejam utilizando meios emancipatórios que não podem ser confundidos com massificação ou globalização.

Há alguns anos a sociedade brasileira tem estabelecido um confronto entre as relações de poder, grupos e classes excludentes e seus diversos interesses.

Esta relação entre grupo, poder e classes só poderá ser democrática quando ocorrer a reorganização do Estado Brasileiro que foi seriamente danificado em todo o seu corpo social pelo autoritarismo do golpe militar de 64, bem como pela política econômico/social desenvolvida pelos governos seguintes.

As mobilizações da sociedade civil desenvolvidas à partir do processo de redemocratização como a campanha pelas diretas, o movimento pela ética na política, o movimento pró-impeachment, a campanha contra a fome, a miséria e pela vida, introduziram uma nova prática política no cenário nacional.

Os valores éticos do comportamento público, a radicalização da democracia estão hoje latentes na sociedade brasileira.

Mas será que isto existe na área de informação, ou será que os milhões de brasileiros ainda recebem informações enlatadas, pré produzidas, por grupos fortes e elitistas?

Não podemos esquecer, em momento algum, que se de um lado os avanços tecnológicos beneficiam a vida de alguns, por outro lado cada vez mais as

desigualdades sociais aumentam e o povo não recebe as informações necessárias.

4 BIBLIOTECONOMIA

A biblioteconomia é a mais antiga das ciências sociais, seus antecedentes brasileiros remontam da vinda dos portugueses a partir da segunda metade do século XVI, com a chegada das ordens religiosas.

As primeiras bibliotecas no Brasil foram as escolares e religiosas e o primeiro Colégio e dos Meninos de Jesus de São Vicente, ligados aos Jesuítas, datando a sua fundação de 1550.

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1759, o desenvolvimento da biblioteconomia sofreu duro golpe.

A partir de 1806 quando a Família Real, fugindo de Napoleão, chegou ao Brasil, foi trazida a Real Biblioteca, que posteriormente serviu de base para a criação da Biblioteca Nacional em 1910.

No ano seguinte foi criado o primeiro curso, atendendo as necessidades da Biblioteca Nacional que funcionou de forma irregular até 1931, quando finalmente foi reestruturado.

A partir de 1935, atendendo ao processo desenvolvimentista do Estado, foi criado o segundo curso, já com uma tendência mais técnica. Os formandos destes cursos foram os responsáveis pela disseminação de novos cursos e foram eles os precursores do desenvolvimento da biblioteconomia brasileira.

A profissão foi regulamentada através da Lei nº 4.084 de 1962 e pelo Decreto nº 56.725 de 1965.

Através da Portaria do DASP nº 146 de 127.8.73, a biblioteconomia foi configurada como nível superior.

De 1911, data do primeiro curso, à 1973, temos sessenta e dois anos de esforços, lutas de profissionais que com dificuldades trabalharam pelo desenvolvimento da profissão.

5. LEGISLAÇÃO ÉTICA DA BIBLIOTECONOMIA

Através do Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, foi criado o Código de Ética Profissional, cinqüenta anos depois da instauração do primeiro curso.

Nos primeiros artigos do código vemos a tendência:

"O bibliotecário deve preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão (...) deve acima de tudo, capacitar-se de que sua profissão não se exerce num círculo restrito, mas constitui um elemento da comunidade".

No artigo 4º referente aos deveres temos:

"A defesa dos direitos e interesses que lhe são confiados, o prestígio da classe, a dignidade e o aperfeiçoamento das instituições biblioteconômicas...".

No artigo 9º:

"São condenáveis e devem ser proscritas as discussões de caráter pessoal pela imprensa falda ou escrita".

Os parágrafos acima citados refletem um pouco o espírito do primeiro código de ética que em um momento se preocupava com a sociedade de forma geral, mas visava o engrandecimento e o prestígio da classe recém constituída e ao mesmo tempo pretendia limitar as exposições pessoais dos profissionais.

Em 1986, vinte e um anos depois, através de Resolução do CFB nº 327 foi criado novo Código de Ética Profissional, mais extenso, com algumas características do primeiro, que estabeleceu padrões mínimos de comportamento. As sanções nele incluídas eram de difícil aplicabilidade.

Em 1993, através da resolução CFB nº 399 foi determinada a apuração das faltas e a aplicação de sanções do Código de Ética criado em 1986.

Um novo código é necessário, face as transformações ocorridas no âmbito da sociedade e na área de informação, mas tendo em vista que tramita no Congresso Nacional, Projeto de Lei que trata da nova Lei do Bibliotecário, o momento é de estudo, discussão e espera.

6 ENSINO DA ÉTICA

Um trabalho realizado pela 9ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia, através da Comissão de Ética Profissional, que visava a aplicabilidade do Código de Ética, foi efetuado levantamento através de questionário sobre o ensino da ética nas Escola de Biblioteconomia do País.

Foram enviados questionários para 32 escolas, sendo que 16 escolas responderam: 5 de São Paulo, 2 de Santa Catarina, 1 do Espírito Santo, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, do Amazonas, do Rio de Janeiro, da Paraíba, da Bahia e do Pará.

O tema ética é ministrado em seis escolas na matéria Introdução à Biblioteconomia, duas escolas na matéria Fundamentos de Biblioteconomia, uma escola na matéria Direitos e Deveres do Bibliotecário no Brasil (optativa), uma escola na matéria Administração de Bibliotecas III, uma escola na matéria Organização de Bibliotecas, uma escola na matéria Informática Aplicada à Biblioteconomia, uma escola na

matéria Seminário sobre Atuação Profissional. Somente uma escola, a Universidade Federal Fluminense possui a matéria Ética Profissional, com carga de 30 horas/aula.

7. ÉTICA E A PROFISSÃO

Em levantamento realizado nos Anais dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação, no período de quarenta anos, foram encontrados seis (6) trabalhos que trataram do temática que são:

III CBBD, 1961, Curitiba:

- Cardim, Voline. A formação do Bibliotecário - preocupava-se com a formação ética do profissional e a necessidade de inclusão da cadeira ética nos cursos de biblioteconomia.

- Russo, Laura. Deontologia e ética profissional - trabalho em que foi apresentado o projeto do Código de Ética Profissional.

IX CBBD, 1977, Porto Alegre:

- Macedo, Celeste. A integração dos sistemas de informação no desenvolvimento nacional - trata da consciência e a responsabilidade dos profissionais e a ética.

X CBBD, 1979, Curitiba:

- Westphalen, Nancy. Situação profissional do bibliotecário brasileiro - analisa os problemas referentes à profissão e a importância do código de ética.

- Amarante, Nylma. O bibliotecário no Brasil - caracteriza o profissional e a profissão no Brasil.

XIV CBBD, 1987 - Recife:

- Lima, Lucia Helena P. Importância da ética na vida profissional - apresenta as necessidades para impulsionar e motivar o trabalho profissional.

Pouco foi escrito e discutido, conforme demonstra a produção bibliográfica nos congressos nacionais sobre a temática ética.

8. COMENTÁRIOS FINAIS

A biblioteconomia que tem no seu bojo de objetivos o planejamento, a organização, a recuperação e a disseminação da informação, deve ter compromisso com a ética profissional, mas também com a ética da informação.

Profissões como medicina, engenharia, serviço social estão estudando, discutindo e trabalhando arduamente sobre o tema ética. Assuntos como ética/ensino, ética/direitos humanos, ética do estudante, o sigilo profissional, conflito ético, são temas de congressos regionais, nacionais, de periódicos e de livros, produzidos por estas entidades.

Se tomarmos por base nossa história profissional veremos que de uma ou outra forma sempre estivemos atuando e trabalhando, na maioria das vezes, para a elite pensante e detentora de poder e para o Governo, e que só a poucos anos nos questionamos e conscientizamos que nosso trabalho deve ter como alvo a sociedade como um todo.

Será que a ética da informação e para a informação é menos importante do que a ética para com o paciente, ou para com a lisura de projeto de edificação?

Para podermos refletir sobre este assunto devemos lembrar que a ética entendida como teoria e ciência do comportamento moral do ser humano no relacionamento dele com outros seres e com o ambiente que o cerca sofre invariavelmente modificações que ocorrem dependendo do momento histórico, da complexidade da sociedade e das mudanças do meio ambiente.

A profissão neste contexto exerce o papel de mediadora entre o indivíduo, a coletividade e a sociedade, não devendo atuar somente corporativamente, mas na parte relativa à ética como responsabilidade de dar condições a sociedade de usufruir, da melhor forma possível, do objeto da profissão que no nosso caso é a informação.

Na Constituição promulgada em 1988 no Capítulo I do Título II Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no art. 5º item XIV é dito: "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional". No art. 220 do Capítulo V Da Comunicação Social é dito: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição", no parágrafo seguinte é dito: "Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social...".

Nós os prestadores e consumidores de informação estamos desprotegidos de amparo legal quanto a má informação, quanto a informação tendenciosa e difusa que recebemos todos os dias, o direito do usuário e explicitado de forma difusa no artigo 5º.

O estudante e as escolas, que preparam o profissional do futuro, tem papel fundamental no processo da ética da informação. O aluno será no futuro reflexo daquilo que lhe for apresentado e discutido como importante. Se

hoje só uma escola, conforme pesquisa do CFB, aplica a matéria ética profissional com 30 horas/aula e em outras escolas a ética é ministrada até em matérias como Informática Aplicada à Biblioteconomia, isto demonstra a falta de preocupação pela academia e pela profissão com o profissional que está sendo formado, ou pior a visão que talvez exista é da ética como punição e não como ciência que estuda e propõe parâmetros de atuação para uma profissão que através de debate deve ter a sinalização do seu caminho para a sociedade.

Compete então a cada um de nós bibliotecários, agentes disseminadores da informação, profissionais com sabedoria de bem utilizar os instrumentos de disseminação, sermos éticos e trabalharmos na democratização desta informação, integrarmo-nos nos projetos de desenvolvimento, termos consciência da nossa responsabilidade, não nos omitirmos aos movimentos emergentes da sociedade.

Devemos trabalhar, cada vez mais para que a informação seja fonte de conhecimento e democracia, a fim de que chegue a todos aqueles que necessitam dela. A participação em projetos, estudos, discussões e propostas deve ser efetiva para que o direito à informação saia do papel e possa ser uma prática em todo o território nacional.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAGÃO, Esmeralda. Ética profissional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.8, n.1/3, p.53-54, jul./set. 1976.
2. COELHO, Maria Lúcia, MAIA, Tereza Cristina. *O ensino na ética profissional nas escolas de biblioteconomia*. Brasília: CFB, 1994. 40p.
3. CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. *Legislação*. Porto Alegre, 1966. 34p.
4. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Desafios éticos*. Brasília, 1993. 292p.
5. CORRÊA, Nancy Westphalen. Situação profissional do bibliotecário brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 10., 1979, Curitiba. *Anais*. Curitiba: ABP, 1979. p.956-963.
6. COSTA, José Rubens. *Profissões liberais*. Rio de Janeiro : Forense, 1987. 221p.
7. FIORENTINI, Leda Maria. *A ética e os profissionais da educação*. Brasília : IDR/DF, 1991. 10p.
8. KREMER, Jeannette. Ética em pesquisa: um tema para reflexão. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.11, n.2, p.125-262, set. 1982.
9. LIMA, Lúcia Helena P. Importância da ética na vida profissional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 14., 1987, Recife. *Anais*. Recife: APBP, 1987. p.885-899.
10. MACEDO, Celeste. A integração dos sistemas de informação no desenvolvimento nacional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 9., 1977, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre : ARB, 1977. p.665-668.
11. MILLER, J. *A ética da leitura*. Rio de Janeiro : Imago, 1995. 241p.
12. ROSENFIELD, Denis. *A ética na política*. São Paulo : Brasiliense, 1992. 91p.
13. RUSSO, Laura Garcia. Deontologia e ética profissional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2, 1961, Curitiba. Curitiba, 1961. p.197-207.

(*) Bibliotecária, formada pela UnB. Foi diretora de amparo profissional da ABDF e presidente do CFB. Faz parte do movimento pela ética na política e é assessora da Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais/MINC.

POR UM COMPORTAMENTO ÉTICO OU PELO CUMPRIMENTO DE UM CÓDIGO DE ÉTICA

Adelaide Ramos e Côrte*

Falar de ética implica, *a priori*, possuir profundos conhecimentos de filosofia ou o exercício prático adquirido pela experiência de participar das famosas e árduas comissões existentes nos conselhos de classe ou nas organizações públicas, surgidas recentemente, com a implantação do código de ética profissional do servidor público(1).

Embora não nos encontremos em alguma das categorias acima mencionadas, não podemos dizer que este assunto nos é indiferente, vez que não somos filósofos, nem temos o compromisso institucional de *zelar e fazer cumprir* determinado código de ética.

Mesmo considerando ser possível falar de ética nos vários contextos de atuação profissional, como por exemplo, a ética na medicina, na política, na biblioteconomia, nos discursos, entendemos que é impossível dissociar a ética profissional, da ética pessoal. É nessa perspectiva que trataremos do assunto pois ele permeia o nosso dia-a-dia, refletindo o nosso comportamento nos nossos relacionamentos pessoais, familiares e sobretudo profissional.

Ética, de acordo com a literatura, é a "ciência que visa o discernimento e a apreciação do bem e do mal, quanto a sua efetividade na conduta humana e da sociedade" (SANTOS)(9). Já o dicionário AURÉLIO(5) define como sendo "o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto". Para alguns autores, ela está diretamente relacionada à liberdade intrínseca do ser humano, **que se fundamenta no respeito à liberdade de seu semelhante** (grifo nosso).

Em ambas as definições, temos que a ética se manifesta na conduta humana, e que a dimensão ética é a dimensão humana da existência. O homem considerado como um ser completo, busca no trabalho e na sua maneira de viver, a sua realização pessoal e essa busca de realização, essa liberdade de escolha é que constitui sua dignidade e dá sentido a vida. Se pressupormos que esta conduta é um reflexo dos nossos valores e conceitos, podemos imaginar que a ética está muito relacionada com a experiência efetiva dos valores que trazemos conosco e cultivamos ao longo da nossa jornada de vida. Ora, os valores são mutáveis e a ética passa a ter sentido se possuir aplicabilidade prática, fugindo do discurso e se integrando no cotidiano das pessoas.

NOVAES(8), que recomendamos sua leitura, ao analisar a literatura e ouvir estudiosos sobre o assunto, nos indica que a palavra ética não possui o mesmo sentido para todos, e que as definições que os modernos e antigos dão à noção de ética "são tão radicalmente diferentes que se cria em torno delas, um campo de contradições". Se por um lado os filósofos gregos subordinavam a ética às idéias de felicidade, e de se fazer o bem, hoje, a felicidade não é pensada nos moldes da moral antiga, mas em termos de eficácia técnica e de consumo.

É importante registrar que a ética tem sido um dos temas mais debatidos desde os primeiros estágios da civilização.

É fato que vivemos um período riquíssimo na nossa sociedade. Às vésperas do segundo milênio, ao ver os prenúncios de uma nova era para a civilização, a transformação de uma sociedade tecnológica para a sociedade da informação, são mudanças que estão alterando em muito, e rapidamente, os valores sociais e culturais, inerentes ao homem e provocando uma crise ética, e uma crise de ética. Sem a superação dessa crise as atuais mudanças sociais e culturais não poderão conduzir a uma sociedade justa e digna. Ao contrário, poderá haver uma degradação das rela-

ções sociais e um aumento da injustiça, da violência e da insensatez.

Qualquer estudo que procure contribuir com a compreensão da ética em sua totalidade, ou pelo menos identificar aspectos práticos, deve considerar o processo histórico. É preciso entender que a ética está associada a um longo processo histórico. Na Idade Média, ética e religião estão estritamente associados e a Igreja exerce um domínio rigoroso sobre a conduta do cidadão, ao se declarar *guardiã da moral*.

Ao longo desse processo, a política, a religião, a arte, a ciência, influenciadas pelo desenvolvimento social e cultural, vão adquirindo sua própria autonomia. A igreja perde a hegemonia sobre a sociedade tradicional e a economia assume papel dominante e subordina seus interesses a outras esferas sociais, inclusive a ética.

Vigora então, a procura do *melhor* produto, sob o ponto de vista estritamente econômico, o que confere lucro. Não o *melhor* produto com relação a valores humanos, ou seja, éticos, ou com relação a um tipo de sociedade. Dá-se então, a supressão prática da ética.

Em síntese, a tendência inscrita nessa sociedade é a de organizar e administrar a vida social, segundo regras meramente técnicas, de acordo com os interesses do sistema econômico, reduzindo o ser humano a algo *fabricado* por esse sistema, que muitas vezes, não percebe claramente o controle exercido sobre ele, enquanto o sistema lhe garante bem-estar e uma liberdade aparente no âmbito privado.

A sociedade técnico-científica pretende impor a lógica da economia e da técnica como sucedâneo da ética e da religião. Em oposição, manifesta-se a resistência de pessoas, comunidades e movimentos sociais, que continuam mantendo viva a exigência, seja propondo novos valores a partir de uma nova sensibilidade, seja redescobrindo a tradição cristã e valorizando tradições não ocidentais.

A situação da ética, nas sociedades *modernas*, difere, porém, profundamente, daquela das sociedades tradicionais, nas quais as instituições, ao menos em certa medida, representavam e reforçavam o *ethos* predominante. A situação é caracterizada pelo pluralismo dos comportamentos e dos valores. Não há mais um *ethos*, mas vários; não uma ética, e sim muitas. Nesse contexto, duas atitudes predominantes tendem a se firmar, ambas moralmente criticáveis.

A primeira é a atitude do apego à ética tradicional, mesmo nos aspectos que se revelam claramente inadequados ou anacrônicos. Esta atitude é geralmente denominada tradicionalismo ou fundamentalismo.

A segunda atitude é a do individualismo. E certamente a mais difundida, porque estimulada pela dinâmica da sociedade atual. Individualismo significa colocar o acento sobre as opções ou decisões do indivíduo (*você decide!*). Diante do pluralismo de comportamentos e de teorias éticas que pretendem legitimá-los, cada um é solicitado a fazer sua escolha, segundo um critério ou um *gosto* pessoal. Desacreditando na possibilidade de discernir normas éticas objetivas ou valores universais, muitos tendem a realizar suas ações e a construir seus valores única ou predominantemente a partir da experiência individual. O fato é mais evidente na esfera da vida privada ou particular, onde a sociedade moderna tende a conceder uma liberdade ilimitada em troca da sujeição ao sistema econômico e político.

Historiadores têm observado que as épocas de crise da civilização despertam uma reflexão mais ampla e vivaz sobre ética. Algo semelhante parece acontecer hoje, em muitas sociedades inclusive no Brasil. Nesse sentido, a Assembléia Geral da CNBB(4) cita como sinais dessa reflexão e uma reação da opinião pública - intelectuais, classes médias, jovens e, de movimentos populares:

a) o questionamento ao comportamento de políticos profissionais que distanciam seus interesses das aspirações dos eleitores, mostram pouca transparência no seu agir e se envolvem sistematicamente na corrupção e no abuso de poder;

b) os questionamentos levantados ao redor da formulação de novas leis, regulamentando problemas de forte relevância, como as leis sobre família, aborto, experimentação biológica e genética, eutanásia, drogas...;

c) a discussão sobre economia, seja em termos mais amplos (a que está conduzindo a economia atual, com suas rápidas mudanças, geradoras de vantagens para poucos e de infelicidade e penúria para as grandes massas), seja em termos mais restritos e específicos (dos negócios ou da empresa);

d) os questionamentos mais amplos surgidos de certas aplicações ou conseqüências do processo técnico-científico, que são percebidas como ameaça para a própria existência da humanidade. Armas atômicas ou nucleares, capazes de destruir muitas vezes a vida no planeta Terra; as armas químicas e biológicas, de controle incerto; as ameaças ao equilíbrio ecológico, pela crescente poluição de ar, água e terra, pela destruição da camada de ozônio, pelo *efeito estufa* etc.;

e) o interrogativo ético que surge do contraste entre a abundância de recursos econômicos e técnicos, de uma parte, e a fome e a miséria, que destroem vidas humanas, de outra. As interrogações se aprofundam na medida em que se percebe que fome e miséria são fruto de injusta distribuição, desorganização e corrupção dos órgãos governamentais, guerras etc.

Sem ter a pretensão de apontar soluções para cada um desses questionamentos, registra-se como relevante o fato de eles existirem e cada vez mais, na

sociedade brasileira. Essa liberdade de expressão e reflexão conduziram positivamente ao processo de *impeachment* do Presidente da República, à criação da campanha pela vida e contra a fome e a miséria e tantos movimentos sociais surgidos nos últimos anos, todas ações onde prevalecem os interesses coletivos em benefício da sociedade, caracterizando na prática, a dimensão ética como sendo a dimensão humana da existência e a própria natureza social do ser humano impulsiona a que o bem de cada um esteja relacionado com o bem comum.

Este processo só se efetiva de fato, se entendermos que para o próprio convívio social é preciso que sejam estabelecidos limites, parâmetros de convivência, respaldados em valores sócio-culturais.

No exercício profissional estes limites estão estabelecidos em normas éticas decorrentes do princípio orientador da responsabilidade de todos e de cada um, na busca do bem comum, da melhoria da qualidade de vida do cidadão, da melhoria na prestação de serviços, enfim, a busca do pleno exercício da cidadania.

A Biblioteconomia, sendo uma categoria profissional organizada, estabeleceu o código de ética que impõe limites para o exercício profissional, e tem como objetivo "fixar normas de conduta para os profissionais em biblioteconomia, quando no desempenho da profissão", e a partir do segundo artigo, encontramos uma relação infindável de direitos e deveres do profissional.

Sem dúvida alguma, o que temos observado no cumprimento desse código de ética é algo extremamente assombroso, ou seja, a impotência que os conselhos de classe têm em fazê-lo cumprir, pois cada denúncia deve ser precedida de vasta documentação comprobatória dos fatos.

Muitas vezes, numa profissão como a nossa, de caráter sócio-cultural e inserida na área de ciências humanas e não na de ciências exatas ou de saúde, os fatos estão diluídos nos relacionamentos e nos comportamentos entre os profissionais. Dificilmente o usuário que recebeu uma informação inútil ou ineficaz, ou mesmo que tenha sido desrespeitado pelo bibliotecário apresentará uma queixa. Dificilmente um profissional que critica o outro, faz comentários desabonadores sobre o desempenho de outros colegas, busca ocupar um espaço que já é de outro colega, numa ferrenha luta pelo poder, ou não prestigia com sua presença e voz, as entidades de classe, será punido. São comportamentos muito pessoais e que nem sempre expressos a viva voz, mas exercitados subliminarmente.

De nada adianta o código de ética profissional, se este mesmo profissional não demonstra consciência e conduta humanas condizentes com um comportamento ético fundamentado em valores. LIMA(6) orienta que o código de ética profissional deve ser interpretado e usado como uma "carta de intenções de comportamento com a sociedade", como um estímulo à identificação dos limites de cada um.

Nesta perspectiva, o código de ética pode agir como um facilitador, antes de servir como um instrumento punitivo.

A sociedade deseja de cada profissional mais um comportamento ético do que o cumprimento puro e simples de um código de ética, comportamento esse respaldado em valores cada vez mais autênticos e experimentados, a saber:

RESPEITO - TRANSPARÊNCIA - IGUALDADE - DISCRIÇÃO - JUSTIÇA RESPONSABILIDADE - HONESTIDADE - COMPROMISSO - LEALDADE QUALIDADE - CONFIANÇA - COOPERAÇÃO - TOLERÂNCIA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. BRASIL. Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de ética do servidor público civil do poder executivo federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, p.9295, 23 jun. 1994. Seção 1.
2. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Código de ética e conduta*. [s.l. 199-]. 16p.
3. CÔRTE, Adelaide Ramos e. *Biblioteconomia*: legislação, organismos de classe. Brasília : ABDF/SAIBA, 1991. 138p.
4. ÉTICA: pessoa e sociedade. In: ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 31., 199- São Paulo : Edições Paulinas, 1993. p.07-93.
5. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, s.d. 1499p.
6. LIMA, Lúcia Helena Pimenta. Importância da ética na vida profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14., 1991. Recife. *Anais*. Recife : APBP, 1991. p.885-899.
7. LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Ética e administração pública. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.2 p.139-152, jan./mar. 1993
8. NOVAES, Adauto (org). *Ética*. São Paulo : Companhia das Letras, 1992. 394p.
9. SANTOS, Jessy. Ética e moral. *Digesto Econômico*, São Paulo, n.346, p.49-50, jan./fev., 1991.
10. SILVA, Franklin Leopoldo e. Breve panorama histórico da ética. *Bioética*, São Paulo, v.1, n.1, p.7-11, 1993.

(*) Escola Nacional de Administração Pública — ENAP, Brasília.